

DOSSIÊ: HUMOR E POLÍTICA ■

ABOLIÇÃO E RACISMO NAS IMAGENS DE ANGELO AGOSTINI PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E DESTINO DOS NEGROS PÓS- ABOLIÇÃO NAS PÁGINAS DA IMPRENSA

Gilberto Maringoni¹

ORCID: 0000-0001-9417-7226

Resumo: A campanha abolicionista (1870-1888) foi pautada por intensa disputa política nos principais centros urbanos do Brasil, com forte participação da imprensa. Mesmo tendo alcance limitado por seu caráter artesanal e pela elevada taxa de analfabetismo registrada no Censo de 1872, surgiram variadas publicações voltadas para a causa, que galvanizou a opinião pública e os próprios escravos. O presente trabalho volta-se para o papel da imprensa ilustrada e para seu mais destacado autor, o caricaturista ítalo-brasileiro Angelo Agostini (1843-1910). Passado o 13 de maio de 1888, o autor, além de outros abolicionistas, revelam-se racistas e preconceituosos em relação aos negros. Para entender o aparente paradoxo, é preciso mergulhar no que foi o abolicionismo branco, nas causas objetivas da libertação, nas formulações sobre branqueamento e na situação do negro após a Abolição.

Palavras-chave: Abolição. Imprensa. Caricatura. Racismo. Branqueamento.

¹ Professor e membro do corpo docente dos Programas de pós-graduação da Universidade Federal do ABC (UFABC). Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2006), graduado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (1986) e jornalista. Além de Coordenador do Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB-UFABC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8714683162227700>

Abstract: The abolitionist campaign (1870-1888) was characterized by intense political disputes in the main urban centers of Brazil, with strong participation from the press. Even though its reach was limited due to its artisanal nature and the high rate of illiteracy recorded in the 1872 Census, many publications focused on the cause appeared, that galvanized public opinion and the slaves themselves. This work focuses on the role of the illustrated press and its most prominent author, the Italian-Brazilian caricaturist Angelo Agostini (1843-1910). After May 13, 1888, the author, in addition to other abolitionists, revealed themselves to be racist and prejudiced towards black people. To understand the apparent paradox, it is necessary to delve into what white abolitionism was, the objective causes of liberation, the formulations on whitening and the situation of black people after Abolition.

7

Keywords: Abolition. Press. Caricature. Racism. Whitening.

Resumen: La campaña abolicionista (1870-1888) se caracterizó por intensas disputas políticas en los principales centros urbanos de Brasil, con fuerte participación de la prensa. Si bien su alcance fue limitado debido a su carácter artesanal y al alto índice de analfabetismo registrado en el Censo de 1872, aparecieron diversas publicaciones centradas en la causa, que galvanizaron a la opinión pública y a los propios esclavos. Este trabajo se centra en el rol de la prensa ilustrada y de su autor más destacado, el caricaturista italobrasileño Angelo Agostini (1843-1910). Después del 13 de mayo de 1888, el autor, junto con otros abolicionistas, se reveló racista y prejuicioso hacia los negros. Para comprender la aparente paradoja, es necesario profundizar en qué fue el abolicionismo blanco, las causas objetivas de la liberación, las formulaciones sobre el blanqueamiento y la situación de los negros después de la Abolición.

Palabras clave: Abolición. Prensa. Caricatura. Racismo. Blanqueamiento.

Introdução

A abolição dos escravos, em 13 de maio de 1888, expressou a confluência de dois movimentos paralelos que acabaram por se entrelaçar.

O primeiro diz respeito ao terreno econômico. Aqui, o processo foi sobredeterminado por tensões da inserção do país no mercado internacional, o que criaria condições objetivas para uma mudança no padrão interno de acumulação de capital. Começavam a ser construídos parâmetros que resultariam na alteração do polo dinâmico da economia. Meio século depois, ela deixaria de se basear apenas no setor exportador e teria seu centro de gravidade localizado na expansão do mercado interno (FURTADO, 1964, caps. XXXI e XXXII). Para isso, a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre foi passo fundamental. Era o início de um ciclo que se evidenciaria de forma mais clara a partir dos anos 1930.

O segundo localizava-se na seara política. O movimento abolicionista galvanizou parcela importante da pequena burguesia e seus setores mais intelectualizados, localizados especialmente na atividade de imprensa, além dos próprios escravos. Setores importantes da oligarquia agrária também se integraram ao processo, a partir dos anos 1880. Era um fenômeno majoritariamente urbano.

Na disputa política que desaguou na Abolição, a imprensa teve papel destacado, especialmente nas capitais de províncias. Algumas das páginas de maior destaque foram desenhadas e não escritas. Nesse universo, ganhou destaque a obra do caricaturista ítalo-brasileiro Angelo Agostini (1843-1910), cuja atividade se desenvolveu por quase meio século. Embora sua primeira manifestação sobre o tema tenha acontecido em 1870, nas páginas d'A *Vida Fluminense*, semanário no qual colaborou entre 1869 e 1871, é na *Revista Illustrada*, entre 1880 e 1888, que suas ilustrações obtêm maior repercussão entre as camadas cultas do Rio de Janeiro.

No entanto, após a Abolição, o artista exibe um comportamento elitista e racista. A aparente contradição se desfaz quando se percebem os vários significados do fim do trabalho servil e o papel da elite urbana da época.

Tensões antigas

As tensões sociais pela libertação dos escravos não eram uma novidade do ocaso do Império. Inúmeras mobilizações, fugas e organizações quilombolas foram notadas no Brasil desde o século XVI. A partir do final de 1865, o Conselho de Ministros começa a debater a questão. Mas a eclosão da Guerra do Paraguai (1864-1870) acaba por servir de pretexto para o Conselho adiar a questão (CHALOUB, 2003, p. 150). Havia o claro receio de que a troca de ideias extrapolasse o mundinho senhorial e a cúpula do Estado e ganhasse as ruas, formando uma corrente de opinião contra o cativo.

Em maio de 1870, dois meses após o fim do conflito no Prata, a Câmara dos Deputados instala uma comissão destinada a elaborar um projeto sobre o assunto (CHALOUB, 2003, p. 163). Os trabalhos terminam em agosto e são aceitas as propostas formuladas no Conselho de Estado. Após intensas discussões no parlamento, a Lei do Ventre Livre é sancionada em 28 de setembro de 1871.

A campanha impressa

Foi nesse clima que Agostini produziu uma sugestiva charge sobre o assunto, na edição de 11 de junho de 1870 d'*A Vida Fluminense*, na qual um soldado chega a uma fazenda e vê uma negra sendo açoitada. A legenda diz:

De volta do Paraguai – Cheio de glória, coberto de louros, depois de ter derramado seu sangue em defesa da pátria e libertado um povo da escravidão, o voluntário volta ao seu país natal para ver sua mãe amarrada a um tronco! Horrível realidade!... (VIDA FLUMINENSE., 1870, p. 1)

Figura I: De volta do Paraguai



Fonte: VIDA FLUMINENSE., 1870, p. 1

II

Há um tanto de idealismo na cena, a começar pela denominação de “voluntário” para o militar. Em sua maioria, os escravos levados ao *front* de batalha foram recrutados à força ou seduzidos com promessa de alforria. Mas o essencial é que se estampava ali um incômodo para alguns setores da diminuta intelectualidade urbana. O negro voltara calçando sapatos, marca de ascensão social, para um universo social que não mudara. Não era algo fortuito. O crítico literário José Veríssimo (1857-1916) fez, em 1912, uma interpretação dos acontecimentos do pós-guerra:

Pela primeira vez depois da Independência (...) sentiu o povo brasileiro praticamente a responsabilidade que aos seus membros impõem estas coletividades chamadas nações. Ele, que até então vivia segregado nas suas províncias, ignorando-se mutuamente, encontra-se agora fora das estreitas preocupações bairristas do campanário, num campo propício para estreitar a confraternidade de um povo, o campo de batalha. (...) Houve enfim uma vasta comunicação interprovincial do Norte para o Sul, um intercâmbio nacional de emoções, cujos efeitos se fariam forçosamente sentir na mentalidade nacional (VERÍSSIMO, 2014, p. 317).

Veríssimo constata a emergência de um sentimento nacional inédito, no qual a consciência de nacionalidade começava a ser perceptível nas camadas populares. De forma indireta, ao retratar o escravo com roupas militares, Agostini dava materialidade a essa percepção. O rapaz defendera a Pátria e constatava que o mundo senhorial seguia como antes. A oposição tensa entre duas visões de país era intuitivamente expressa nessa charge..

Apesar de não haver, até 1880, uma mobilização organizada de opinião pública pela abolição, o bode fora colocado na sala. Melhor dizendo, na imprensa, ao mesmo tempo em que a campanha republicana ganhava impulso. Nelson Werneck Sodré lembra que “De 1870 a 1872, surgiram no país mais de vinte jornais republicanos” (SODRÉ, 1977, p. 244).

Em 1880, as articulações se ampliam. Naquele ano é fundada, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão. O primeiro projeto ventilando a libertação geral é apresentado à Câmara de Deputados no mesmo período pelo deputado pernambucano Joaquim Nabuco de Araújo (1849-1910).

No meio da década, a defesa da libertação toma ares de movimento social em diversas províncias, como Rio Grande do Sul, Amazonas, Goiás, Pará, Rio Grande do Norte, Piauí e Paraná. Havia um fato determinante para essa difusão: o fim da escravidão no Ceará, em 1884, precedida por razoável mobilização popular.

Os desenhos de Agostini voltam com vigor ao tema exatamente nesse contexto.

A escravidão nua e crua

Os traços do artista exibem denúncia política e completo domínio das técnicas dramático-narrativas, aliados à grande capacidade de provocar indignação e incômodo em parcelas crescentes dos leitores. As imagens retratam, com uma crueza poucas vezes vista, o cotidiano de torturas, mutilações e assassinatos cometidos contra os cativos. Vejamos dois exemplos, entre muitos.

A página dupla, intitulada *Scenas da escravidão*, publicada na *Revista Ilustrada* n.º. 427 (18 de fevereiro de 1886) talvez represente sua mais contundente denúncia visual. Uma sequência de 14 quadros, sem sutileza alguma, interpretam um rosário de sofrimentos que teriam sido impostos à população escrava.

Após descrever as torturas sofridas também por Eduarda, o texto indignado



Fonte: REVISTA ILLUSTRADA, 1886 (1), p. 8

Uma observação deve ser feita. A jovem escrava rumava para uma delegacia, mas é convencida por alguém a dirigir-se à redação do jornal editado por José do Patrocínio (1853-1905), à época destacado líder abolicionista. Ou seja, em vez de ir a um posto de segurança do Estado, seu acompanhante achou mais prudente buscar um órgão de comunicação, que levou a notícia a circular “por toda a cidade”. Dias depois, as duas vieram a falecer. A senhora jamais foi punida.

As denúncias frequentes de maus-tratos levam, em 15 de outubro de 1886, sob o ministério do barão de Cotegipe, à abolição do castigo do açoite em todo o país. A partir dessa data, o escravo ficaria sujeito às sanções da legislação criminal.

A *Revista Illustrada* era uma publicação, quer pelo preço,² quer pela posição social de seus editores, voltada para uma reduzida parcela da sociedade. É bom lembrar que, de acordo com os dados do recenseamento de 1872, o analfabetismo alcançava 81,35% da população brasileira livre. (RECENSEAMENTO DO BRASIL EM 1872, p. 2).

Assim, a campanha desenvolvida por Agostini não se destinava aos setores populares e muito menos aos escravos, mas a membros das classes mais abastadas, nas cidades. Essa constatação ajuda a entender que os aparentes zigue-zagues na sua conduta política têm a ver com impasses colocados diante desse setor da sociedade.

² A *Revista* era vendida pelo preço de um mil réis, nos anos 1880-1890. Quando lançado (1891), o *Jornal do Brasil* custava 40 réis.

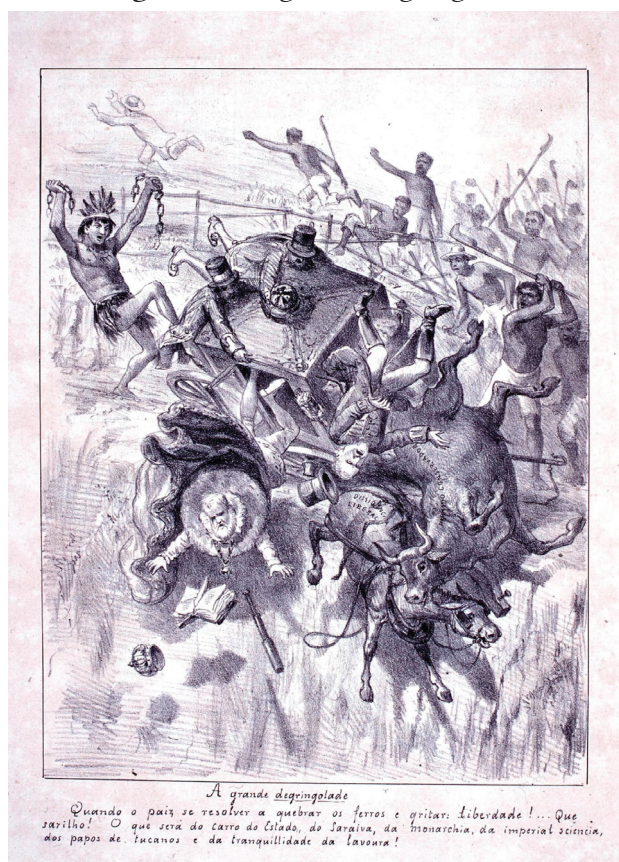
Uma linha coerente

Agostini apresenta, em algumas situações, uma visão abrangente sobre o significado da escravidão. Seus ataques não se limitavam às cenas de torturas e humilhações. Alcançavam a ordem política que o sustentava.

O desenho intitulado “A grande degradingolada”, de 1885, é uma amostra de sua percepção do momento. Nele se vê uma carruagem puxada por um burro e um boi, despencando em um precipício. Juntos vão o imperador e personagens da Corte. Um índio e um escravo aparentam empurrar o carro. Ao fundo, vários negros rebelados comemoram brandindo foices e enxadas, rompendo cercas e colocando um senhor para correr. Nos animais está escrito “Dissidência liberal” e “Partido conservador”. (figura IV)

Quando o país se resolver a quebrar os ferros e gritar liberdade!...Que sarilho! O que será do carro do Estado, do Saraiva, da monarquia, da imperial ciência, dos papos de tucanos e da tranquilidade da lavoura? (REVISTA ILLUSTRADA. 1885 (2), p. 8)

Figura IV: A grande degradingolada



Fonte: REVISTA ILLUSTRADA, 1885 (2), p. 8

O caricaturista italiano demonstrava ter compreensão de que o regime de trabalho servil articulava todo um sistema político, algo que, na época, não era claro para muitos. No entanto, ele não criticava a ordem econômica – o latifúndio – que a sustentava. Não há registro de traços seus críticos à concentração fundiária que sustentava a agricultura de exportação.

Há ainda outra manifestação do artista a deixar patentes os limites de sua pregação libertária. Trata-se de uma ilustração publicada em abril de 1884, nas páginas centrais da *Revista Ilustrada*, em plena campanha pelo fim do cativeiro. Ali, o mascote-símbolo da publicação mostra-se espantado com as expressões de 13 negros atrás de si. (figura V)

Somos muito abolicionistas, mas não nos extasiamos diante das belezas da raça africana, cuja plástica deixa muito a desejar. Vê-se cada venta!... (REVISTA ILLUSTRADA., 1884, p. 4 e 5).

Figura V: “Vê-se cada venta!”



Fonte: REVISTA ILLUSTRADA. 1884, p. 8

As duas ilustrações explicam muito do pensamento político de seu autor e denotam uma articulação entre ideais emancipadores e concepção social elitista. Ao mesmo tempo em que mergulhava na campanha pela libertação dos cativos, o artista italiano externava preconceitos típicos da camada senhorial.

O movimento abolicionista

Como Agostini não detalha sua visão mais estratégica sobre a libertação dos escravos, vamos recorrer a Joaquim Nabuco (1849-1910). A escolha não é arbitrária. Nabuco foi o mais notável ideólogo abolicionista. Jurista, deputado e diplomata, bateu-se por um movimento abolicionista restrito às páginas da imprensa a saraus e ao parlamento. Com vasta obra escrita, ele pode nos fornecer importantes pistas sobre o comportamento de setores abolicionistas da classe dominante e das elites intelectuais.

Leiamos um trecho de *O abolicionismo*. Aqui, Nabuco alega ter um “mandato da raça negra” para defender a bandeira da libertação dos cativos.

O mandato abolicionista é uma dupla delegação, inconsciente da parte dos que a fazem, mas, em ambos os casos, interpretada pelos que a aceitam como um mandato a que não se pode renunciar. Nesse sentido, deve-se dizer que o abolicionista é o advogado de duas classes sociais que de outra forma não teriam meios de reivindicar seus direitos, nem consciência deles (NABUCO, 2000, p. 35).

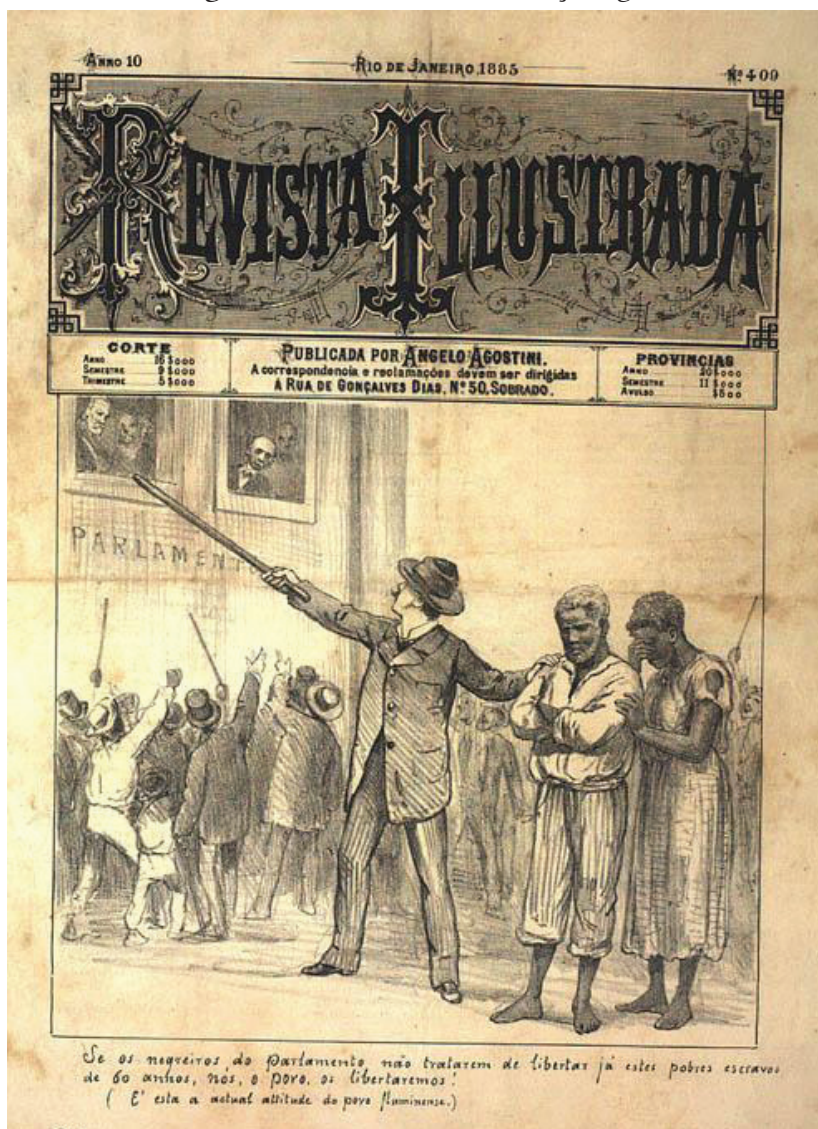
Sigamos suas concepções sobre o assunto:

A propaganda abolicionista (...) não se dirige aos escravos. Seria uma covardia, inepta e criminosa e, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição, ou ao crime, homens sem defesa e que a lei da Lynch, ou a justiça pública, imediatamente, haveria de esmagar. (...) A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais. Não deve sê-lo tampouco, por uma guerra civil, como o foi nos Estados Unidos. (...) A emancipação há de ser feita entre nós por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras. É, assim, no parlamento, e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e nas praças das cidades que se há de ganhar ou perder a causa da liberdade (NABUCO, 2000, p. 40-42).

Sintetizemos: o negro não tem consciência e nem voz. Precisa de alguém para defendê-lo. Parece ser natural, pelo texto, que quem o faça seja um branco,

culto e influente. Mesmo assim, o negro não pode participar das mobilizações que visem mudar sua sina, sob pena de termos um cenário imprevisível. O desenho abaixo expressa bem essa concepção.

Figura VI: O “mandato” da raça negra



Fonte: REVISTA ILLUSTRADA, 1885 (1). P. 1

O caso dos sexagenários diante do parlamento. Aqui, os negros não têm voz. Quem faz sua defesa é um branco. Teria “recebido um mandato da raça negra”, no dizer de Joaquim Nabuco, para quem o abolicionismo não deveria extrapolar a institucionalidade vigente. (REVISTA ILLUSTRADA, 1885 (1). P. 1)_

Surpresas impressas

Quais as decorrências de tais posturas na cena pós-Abolição? Se tivermos em mente as reiteradas denúncias sobre violências cometidas contra escravos que Agostini fez na *Revista Illustrada*, especialmente a partir de 1886, há uma certa surpresa quando se examinam as edições de *Don Quixote*, jornal que manteve entre 1895 e 1903. Há manifestações acentuadamente preconceituosas de seu editor e de seus colaboradores, sempre que confrontados com problemas sociais causados pela extrema desigualdade social brasileira.

Acompanhemos os interlocutores de Agostini. No *Don Quixote* número 8, um articulista de nome Jorge Moreal desfia uma crônica intitulada “Americanismo”. O artigo é importante, por expressar a opinião de uma parte da intelectualidade sobre o país:

O homem brasileiro é produto de três raças, cada qual mais divergente. O negro, como se sabe, é de todas as raças a mais atrasada. (...) O que é fato é que a raça negra não conseguiu construir uma nacionalidade. A raça portuguesa é hoje uma exausta, incapaz de novos cometimentos. (...) O índio (...) representa o indivíduo inativo. (...) Oriundo dessas três raças prejudicadas (...) o brasileiro é um produto atrofiado, sem vontade própria, sem estabilidade, sem iniciativa. (...) Necessitamos por conseguinte de forças novas, originárias de raças fortes e constituídas.
(*DON QUIXOTE*, 1895, p. 2).

19

Se confrontado com manifestações de abolicionistas nos anos anteriores, o texto não surpreende. Joaquim Nabuco já externara ideias semelhantes:

Das três principais correntes de sangue que se confundiram nas nossas vidas – o português, o africano e o índio – a escravidão viciou sobretudo os dois primeiros. Temos aí um primeiro efeito sobre a população: o cruzamento dos caracteres da raça branca, tais como se apresentam na escravidão; a mistura da degradação servil de uma com a imperiosidade brutal da outra (NABUCO, 2000, p. 16).

Nabuco não era um pensador da questão racial, mas, possivelmente, conhecia as teorias pretensamente científicas sobre o tema. Outros contemporâneos seus, como Silvio Romero e Nina Rodrigues, refletiram mais detalhadamente sobre essas questões, o que será visto mais à frente.

Racismo, tortura e linchamento

O texto mais agressivo sobre a questão étnica publicado em *Don Quixote* ainda estava por vir. Na edição de número 108, uma longa nota dá conta de um “Crime atroz”, segundo o título. O texto era assinado por Angelo Agostini. A citação é longa, mas vale a pena ser lida (os grifos são nossos):

Não obstante o linchamento passar por ser um ato de brutalidade e anti civilizador, há ocasiões em que, sendo aplicado com justiça, enche-nos de verdadeira satisfação.

Com prazer veríamos torturar esse miserável Felipe Silva, esse negro repelente que cometeu um crime tão atroz! E que sentimentalismo imbecil é esse que aboliu a pena de morte de nossas leis? (...).

Eu, que não sou capaz de matar um frango, sinto que teria o maior prazer em ver cortar em pedaços esse miserável negro!

No Rio das Pedras, a 15 minutos da estação de mesmo nome (...) em um pequeno rancho, moravam Manuel Antonio e Virgínia de Jesus, casados e naturais da Ilha da Madeira. Tinham dois filhinhos e dedicavam-se à pequena lavoura.

(...) Manuel arrendou uma pequena olaria (...) na qual ia diariamente trabalhar. Necessitando limpar o melancial, contratou o serviço com um tal Felipe Silva, que se apresentou às 10 horas da manhã, quando Manuel Antonio se achava trabalhando na olaria. (...) Manuel Antonio, como de costume, regressou às 3 horas da tarde. Ainda longe de casa, um pressentimento enublou-lhe o coração. Mais de perto, viu que à porta do rancho muita gente se aglomerava. (...) É indescritível o que se lhe deparou aos olhos de esposo e pai. Três cadáveres jaziam estendidos no terreno.

Felipe Silva, **negro repelente**, havia perpetrado um crime hediondo. Em vão, concentrou todas as suas forças para subjugar a patroa que lhe excitou a lubricidade com seu **singelo rosto de moça**. Virgínia lutava com heroísmo e, pouco a pouco, dominava o negro.

Sentindo-se inferior em forças, o bandido atirou-se a uma enxada e vibrou com ela um golpe terrível na cabeça da infeliz (...), pondo-lhe a mostra uma parte do cérebro.

(...) Loucas de dor, as míseras criancinhas correram para ela em gritos alucinados. O execrável bandido ergueu de novo a enxada e descarregou-a sobre a **loura cabeça** da pequena Umbelina, fazendo-a espirrar os miolos para todos os lados.

Uma vizinha viu o fato e fugiu com Carlos, outro dos filhos. Em seguida, a enxada caía de novo inexorável sobre a cabeça do inocente Antonio. Logo após, Felipe foi capturado (*DON QUIXOTE*, 1889, p. 3, grifos nossos).

O final do texto é brutal e cru: “Depois de se ler isto, compreende-se que uma fera destas não se manda para as galés; mata-se!”

Pode-se dizer que a ira de Agostini estivesse dirigida a um criminoso, independentemente de sua etnia, fosse ele preto, branco ou amarelo. No entanto, em outra oportunidade, quando de um linchamento na cidade de Araraquara, em São Paulo, sua publicação assume um perfil incisivo, mas moderado. Dessa vez, o mentor era um branco, bem posto na vida. “Quem se atreveu, em pleno século XIX, num país que se presume civilizado, afrontar as leis e os direitos da humanidade?”, pergunta *Don Quixote*. “O caso é que o mandante do crime foi o dr. Teodoro de Carvalho, ex-chefe de polícia do Estado. Teme-se a impunidade, teme-se que os monarquistas façam uso político do caso.” (*DON QUIXOTE*, 1897, p. 2)

O jornal assume uma posição corajosa, de acusar enfaticamente uma pessoa bem conceituada socialmente. Mas em nenhum momento, apresentam-se adjetivos minimamente próximos ao teor daqueles proferidos contra Felipe Silva.

Essas não são manifestações de um escravocrata deslocado, mas de um representante do setor culto, urbano e abolicionista das classes dominantes. O que, à primeira vista, parece uma contradição, revela-se como uma concepção de mundo não apenas de Angelo Agostini, mas desses setores. Vamos esmiuçar o problema.

O que fazer com os negros?

A campanha que culminou com a Abolição, em 13 de maio de 1888, foi a primeira manifestação coletiva a mobilizar pessoas e a encontrar adeptos em todas as camadas sociais brasileiras. Ao mesmo tempo, não houve consenso sobre os rumos a se tomar após a assinatura da Lei Áurea nem em como integrar os negros às novas regras de uma sociedade baseada no trabalho assalariado.

Uma das percepções mais agudas sobre a questão foi feita em 1964 pelo sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995). Em *A integração do negro na sociedade de classes*, ele foi ao centro do problema:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos

libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel (FERNANDES, 2008, p. 29).

As razões desse descaso ligam-se diretamente à maneira como foi realizada a libertação.

Várias causas podem ser arroladas como decisivas para a Abolição, algumas episódicas e outras definidoras. É possível concentrar todas numa ideia-mestra: o que inviabilizou o escravismo brasileiro foi o avanço do capitalismo no país. Longe de ser um simplismo mecânico, a frase expressa uma série de contradições que tornaram o trabalho servil não apenas anacrônico e antieconômico, mas sobretudo ineficiente para o desenvolvimento do país. Com isso, sua legitimidade passou a ser paulatinamente questionada.

Acelerada transformação

O Brasil das últimas três décadas do século XIX era uma sociedade em acelerada transformação. A atividade cafeeira vinha ganhando o centro da cena desde pelo menos 1840. O setor exportador torna-se o polo dinâmico da economia, constituindo-se no principal elo do país com o mercado mundial. Havia outras atividades de monta ligadas à exportação, como a borracha e a cana. Mas, a essa altura, a supremacia do café era incontestável.

A partir de 1870, com o fim da Guerra do Paraguai, a agricultura de exportação vive uma prosperidade acentuada. Um expressivo fluxo de capitais, notadamente inglês, foi atraído para as áreas de infraestrutura de transportes – ferrovias, companhias de bonde e construção de estradas – e atividades ligadas à exportação, como bancos, armazéns e beneficiamento, todos garantidos pelo Estado.

A escravidão concentrava-se nas partes mais modernas da economia e tornara-se menos relevante nos setores atrasados ou decadentes. Ao mesmo tempo, o país passara a incentivar, desde 1870, a entrada de trabalhadores imigrantes – principalmente europeus – para as lavouras do Sudeste. É um período em que convivem, lado a lado, escravos e assalariados. Os números da entrada de estrangeiros são eloquentes. Segundo o IBGE, entre 1871 e 1880, chegam ao Brasil 219 mil imigrantes. Na década seguinte, o número salta para 525 mil. E, no último decênio do século XIX, após a Abolição, atinge 1,13 milhão (IBGE).

A implantação de uma dinâmica capitalista – materializada nos negócios ligados à exportação de café, como casas bancárias, estradas de ferro, bolsa de valores etc. – vai se irradiando pela base produtiva. Isso faz com que parte da oligarquia agrária se transforme em uma florescente burguesia, estabelecendo novas relações sociais e mudando desde as características do mercado de trabalho, até o funcionamento do Estado.

Para esta economia, o negro cativo era uma peça obsoleta. Além de seu preço ter aumentado após o fim do tráfico, em 1850, o trabalho forçado mostrava-se mais caro que o assalariado. Caio Prado Jr. (1907-1990), em seu livro *História econômica do Brasil*, joga luz sobre a questão:

O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, (...) forma um adiantamento a longo prazo do sobretrabalho eventual a ser produzido. O assalariado, pelo contrário, fornece este sobretrabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão (PRADO, 1965, p. 180).

Esta condição – da escravidão ser uma relação de trabalho obsoleta – acentuou a necessidade de sua superação, tanto no plano econômico quanto no social e político.

A Abolição não era apenas uma demanda por maior justiça social, mas uma necessidade premente da inserção do Brasil na economia mundial.

Legalidade monárquica

As pregações de Nabuco e de Patrocínio na campanha abolicionista – que não se contrapunham ao que publicava Ângelo Agostini – envolviam duas vertentes principais.

A primeira é o fim do cativo e deveria ser fruto de uma solução negociada entre o Estado e os fazendeiros, no espaço institucional e não no espaço social e público, sem risco de perda de controle.

A segunda é que os negros seriam sujeitos passivos nesse conflito.

A essência da campanha abolicionista da chamada elite branca era clara: a emancipação deveria libertar os cativos sem tocar na ordem econômica vigente, centrada na grande propriedade da terra. Para isso, havia a preocupação de que o movimento ganhasse as ruas, envolvendo seus principais interessados, os negros, e tivesse contornos de desobediência civil.

Celia Maria Marinho de Azevedo chama a atenção para algumas decorrências dessa situação:

Tudo se passa, enfim, como se os abolicionistas tivessem dado o impulso inicial e dirigido os escravos nestas rebeliões e fugas (...). Quanto aos escravos, tem-se a impressão de que são vítimas passivas, subitamente acordadas e tiradas do isolamento das fazendas pelos abolicionistas; ou então (...) a ideia que se passa é a de que o negro, apesar de toda a sua rebeldia, estava impossibilitado de conferir um sentido político às suas ações (AZEVEDO, 1987, p. 175).

O que estava em jogo para as classes dominantes não era principalmente uma reforma social, mas a liberação das forças produtivas dos custos de manutenção de um grande contingente de força de trabalho confinada. A escravidão, no final do século XIX, tornara-se um obstáculo ao desenvolvimento econômico.

A libertação

Em maio de 1888 veio a Lei Áurea e, 16 meses depois, como consequência direta das contradições que vivia o país, a República.

Com a abundância de mão de obra imigrante, os ex-cativos acabaram por se constituir em um imenso exército industrial de reserva, descartável e sem força política alguma na jovem República.

A libertação trouxe ao centro da cena, além do projeto de modernização conservadora para a economia, o delineamento social que a elite desejava para o país. Voltemos a Joaquim Nabuco:

O principal efeito da escravidão sobre a nossa população foi africanizá-la, saturá-la de sangue preto. (...) Chamada para a escravidão, a raça negra, só pelo fato de viver e propagar-se, foi se tornando um elemento cada vez mais considerável na população (NABUCO, 2000, p. 104).

Nabuco não pregava no deserto. O mais importante defensor da imigração como fator constitutivo de uma “raça brasileira” foi Silvio Romero (1851-1914). Republicano e antiescravocrata, notabilizou-se como crítico e historiador literário. Romero preocupa-se em relacionar fatores físicos e populacionais do país ao desenvolvimento da cultura. Vamos às suas palavras, em 1885, na introdução do livro *Contos populares do Brasil*:

Das três raças que constituíram a atual população brasileira a que um rastro mais profundo deixou foi por certo a branca segue-se a

negra e depois a indígena. À medida, porém, que a ação direta das duas últimas tende a diminuir, com o internamento do selvagem e a extinção do tráfico de negros, a influência europeia tende a crescer com a imigração e pela natural tendência de prevalecer o mais forte e o mais hábil. O mestiço é a condição dessa vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do clima (ROMERO, 1985, p. 23).

Essas opiniões evidenciam o que de fato norteava os abolicionistas. Membros das camadas médias e altas urbanas, cultos, cosmopolitas, alguns ligados diretamente à oligarquia rural e, em sua maioria, defensores do “progresso” (os positivistas) ou do “desenvolvimento” (os liberais), a eles interessava sobretudo a modernização do país, a equiparação de hábitos de consumo aos correspondentes das camadas mais altas dos países ricos e a integração do Brasil, tanto econômica, como política e ideologicamente, aos parâmetros do liberalismo.

Raízes do racismo

O preconceito racial abolicionista tinha raízes dentro e fora do país. A propalada superioridade da *raça branca* era parte constitutiva da ideia de “progresso”, lembra o historiador Eric Hobsbawm.

No século XIX, os maiores países europeus passam a ser, com hierarquias variadas, centros de poder imperial, conquistando colônias na África e na Ásia. Havia um nó teórico a ser desatado: como regimes liberais, lastreados nas ideias da Revolução Francesa (1789), poderiam colonizar nações inteiras, subjugando povos e culturas a seus desígnios?

É nesse ponto que surgem as teorias racialistas para justificar a superioridade intelectual, física e moral do europeu branco. O primeiro grande formulador foi o conde francês Joseph-Arthur Gobineau (1816-1882).

Diplomata, poeta, romancista e escultor, Gobineau tornou-se conhecido após a publicação de seu Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas (1855). Tido como o primeiro compêndio a advogar, com laivos de “cientificismo”, a superioridade branca sobre o restante da humanidade, sua influência atravessaria o século e se tornaria uma das referências teóricas do nazismo, na Alemanha. Entre outras coisas, o intelectual francês afirmava o seguinte: “Penso que a palavra degenerado, quando se aplica a um povo, deve significar e significa que este

povo já não possui o valor intrínseco que antes possuía, pois não circula mais por suas veias o mesmo sangue, depauperado com as sucessivas miscigenações.” (GOBINEAU, 1884, p. 24)

Teses como essa tiveram intensa repercussão entre a elite ilustrada brasileira. Servindo como chefe da representação francesa no Rio de Janeiro, entre abril de 1869 e maio de 1870, o diplomata manteria conversas informais com o d. Pedro II de duas a três vezes por semana. Gobineau não demonstrava ser um escravocrata.

A noção de superioridade racial passara a ser legitimadora da ordem mundial, na qual o fornecimento ininterrupto e a bom preço de matérias-primas era o combustível para o funcionamento da economia internacional. As teorias raciais surgiram para legitimar uma concepção de mundo que pregava liberdade, igualdade e fraternidade entre brancos e que justificava a superexploração de outras etnias.

E a ideologia do racismo passou a existir dentro de cada país, mesmo dos da periferia, como explicação determinista para a dominação de classe, o desnível social e a europeização de suas camadas dominantes.

Considerações Finais

Em que pesem alguns episódios específicos – como as páginas desenhadas por Angelo Agostini, na *Revista Ilustrada*, denunciando torturas, mortes e suplícios inflingidos aos cativos –, a base fundamental da campanha abolicionista dos anos 1880 estava longe de ser um humanitarismo solidário aos negros, ou a busca de reformas sociais democratizantes.

Isso tornou-se evidente com o passar dos anos, apesar de um discurso contraditório de setores das classes dominantes, simpáticos à libertação. Havia, por exemplo, o caso de projeto de lei abolicionista de Joaquim Nabuco. Rejeitado pela Câmara dos Deputados, em fins de 1880, o texto manifestava alguma preocupação social. Seu artigo 49 definia:

Serão estabelecidas nas cidades e vilas aulas primárias para os escravos. Os senhores de fazendas e engenhos são obrigados a mandar ensinar a ler, escrever, e os princípios de moralidade aos escravos (NABUCO, 1998, p. 43).

Quando a campanha abolicionista tomou vulto, tais propostas foram pouco a pouco sendo deixadas de lado.

A obra de Agostini interferiu e tornou-se simbólica da complexidade desses anos. A própria visão de mundo do artista não foi unidimensional e, aparentemente, mudou em curtos intervalos. De abolicionista convicto e narrador sensível das idas e vindas dos eventos do período – guerra, campanha abolicionista, protestos populares, enfrentamentos palacianos e parlamentares –, Agostini colocou-se, após a República, como um inconformado diante do que julgava serem as mazelas dos novos tempos: a violência, a sujeira da cidade, os vendedores ambulantes, os jacobinos, a exposição pública da prostituição, a falta de cultura do povo etc.

A aparente contradição se desfaz, quando se busca examinar com mais acuidade seus trabalhos durante a campanha pela libertação dos cativos. Agostini bateu-se por uma reforma liberal, condizente com os desígnios dos setores mais avançados das classes dominantes.

Não se pode entender Angelo Agostini apenas como um paladino do abolicionismo – o que de fato foi –, mas deve-se tentar ver o que era exatamente ser abolicionista e membro do que se convencionou chamar de elite branca nos anos 1880. A complexa personalidade política do editor da Revista Ilustrada não nos permite compreendê-lo apenas por uma de suas fases e faces. No fundo, as contradições reveladas em seu trabalho evidenciam impasses de frações da classe dominante, divididas entre a mudança e a continuidade. Um dilema frequentemente resolvido pelo uso da força, que resulta sempre, no Brasil, em uma modernização conservadora.

Referências

- AZEVEDO, Celia Marinho de. *Onda negra, medo branco*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987
- CHALOUB, Sidney, Machado de Assis historiador, Companhia das Letras: São Paulo, 2003
- CONRAD, Robert, *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978
- DON QUIXOTE* n.º. 8: Rio de Janeiro, 16 mar. 1895
- _____. n.º. 81: Rio de Janeiro, março de 1897
- _____. n.º. 108: Rio de Janeiro, 23 dez. 1899
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Globo, 2008
- FURTADO, Celso. *História econômica do Brasil*: Editora Fundo de Cultura. São Paulo, 1964
- GOBINEAU, Joseph-Arthur, *Essai sur l'inégalité des races humaines*, tome I: Paris, Librairie de Firmin-Didot et Cie, 1884
- IBGE: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933.html>. Acesso em: 25.04.2024
- NABUCO, Joaquim, *O abolicionismo*, Editora Vozes: Petrópolis, 2000
- _____. *O abolicionista*, Edição fac-similar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 1988
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1965
- REVISTA ILLUSTRADA*. n.º. 377, Rio de Janeiro, 19 abr. 1884.
- _____. n.º. 409, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1885 (1)
- _____. n.º. 415, Rio de Janeiro, 28 jul. 1885 (2).
- _____. n.º. 427, Rio de Janeiro, 18 fev. 1886 (1).
- _____. n.º. 428, Rio de Janeiro, 28 fev. 1886 (2)
- ROMERO, Silvio. *Contos populares do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1985
- SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*: Graal, São Paulo, 1977
- VERÍSSIMO, José, *História da literatura brasileira*, Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, Brasília, 2014
- VIDA FLUMINENSE.*, Rio de Janeiro, n.º. 128 11 jun. 1870.